

November 12, 2025

ISSN 1094-5296

Miranda, E. O. (2022). *Decolonialidade Afro-Brasileira: A Educação para a Diferença. Autêntica.*

Páginas: 148p.

ISBN: 978-65-5630-737-4

Resenhado por André Luis de Abreu
Oliveira
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Brasil

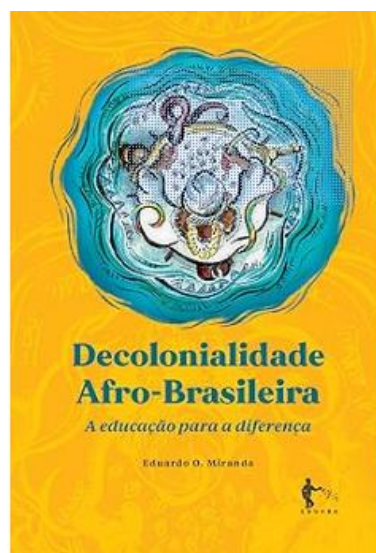
O livro *Decolonialidade Afro-Brasileira: E Educação para a Diferença*, de Eduardo Oliveira Miranda e prefaciado pela professora Doutora Claudia Miranda é mais do que uma obra acadêmica: é um chamado. Um gesto de escrita que pulsa entre ancestralidade e insurgência, exigindo do leitor não apenas leitura, mas deslocamento ético, estético e político. Inscrito no campo das epistemologias decoloniais, o livro propõe uma virada metodológica assentada em

cosmopercepções e dispositivos estético-poéticos historicamente silenciados pela modernidade colonial. Sua escrita opera como travessia e desvio: rompe com a lógica ocidental de produção de conhecimento e finca um território afro-brasileiro de invenção e denúncia.

Dividido em duas seções “Oxê. Corte I – Para perfurar o casco das caravelas” e “Oxê. Corte II – Proposições emergentes para a diferença” o autor propõe uma pedagogia da encruzilhada, ancorada em fundamentos civilizatórios afro-diaspóricos. Ao cunhar o conceito de “Decolonialidade Afro-Brasileira”, Miranda desloca o centro da crítica latino-americana, evidenciando a urgência de uma abordagem situada que confronte a universalização da branquitude cisheteronormativa, frequentemente mascarada sob o véu da neutralidade científica. Como afirma o autor: “Para a decolonialidade afro-brasileira se instala um dilema, que não é sobre validação do que seja ciência, mas sobre como continuar a recriar outras ciências sem negligenciar o campo das mitologias africanas [...]” (pp. 16–17).

Esse gesto não é meramente retórico. É radicalmente político. Em um contexto brasileiro em que o epistemicídio persiste como política de Estado, a proposta de Miranda finca suas raízes em experiências localizadas, que tensionam alianças acríticas com discursos latino-americanos desracializados. Sua proposta confronta diretamente o pacto da branquitude que ancora grande parte da produção teórica hegemônica no Sul global, sem, contudo, abrir mão do diálogo.

A obra articula saberes ancestrais, expressividades não normativas e cosmologias negras com reflexões educativas, propondo uma ecologia de saberes que desestabiliza a centralidade eurocêntrica. No campo do pensamento decolonial latino-americano, Aníbal Quijano e Catherine Walsh ocupam lugares



centrais ao denunciarem a persistência da colonialidade como lógica estruturante das relações de poder, saber e ser. Quijano (2005) cunha o conceito de “colonialidade do poder” para explicitar como o racismo e a naturalização das hierarquias eurocentradas foram elementos constitutivos da modernidade. Walsh (2009), por sua vez, amplia o debate ao propor a “interculturalidade crítica” como caminho para a construção de um projeto ético-político contra-hegemônico. No entanto, embora esses autores tenham sido fundamentais para desvelar os mecanismos de dominação colonial, destacando o sul global como construtor de epistemes, Miranda evidencia os limites desse marco teórico quando a questão racial é diluída em nome de uma crítica ao capitalismo que, por vezes, silencia o racismo como engrenagem autônoma e estruturante das desigualdades.

É nesse ponto que *Decolonialidade Afro-Brasileira* se inscreve como gesto de aprofundamento e tensionamento dentro do próprio campo decolonial. Ao cunhar a expressão “decolonialidade afro-brasileira”, Miranda não apenas localiza sua proposta em território específico, mas também denuncia a insuficiência de abordagens que desracializam as experiências de colonialidade. Diferente de Quijano, que muitas vezes tratou a raça como subproduto do sistema-mundo capitalista, Miranda afirma a racialização como ponto inaugural da violência colonial, destacando que no Brasil o fenótipo e a ancestralidade negra definem historicamente o acesso ao humano. Sua escrita, portanto, reafirma a centralidade da raça não como marcador adicional, mas como fundamento epistemológico, exigindo que qualquer projeto decolonial comprometido com a justiça cognitiva reconheça as corporeidades negras e os saberes afro-diaspóricos como eixos constituintes do pensamento insurgente.

A epistemologia dos Odus, apresentada como alternativa à linearidade racional moderna, oferece múltiplas vias guiadas por incompletude, diferença e encruzilhadas, fundamentos de uma ciência decolonial enraizada nos corpos-territórios. Segundo o autor: “Pensar nas zonas ainda não remexidas se configura como uma estratégia de tensionar a ideologia de que todo ser humano nascido nas teias das colonialidades precisa se constituir por um horizonte único, monocultural e forjado na universalidade do existir ocidentalizado” (p. 31).

O giro de Iansã, mobilizado como metáfora e método, desestabiliza intersubjetividades cristalizadas e abre brechas para modos plurais de existência. “Percebo que as epistemologias dos Odus criam e alicerçam o caminho para o giro de Iansã, que tem sua movimentação estabelecida por estratégias insurgentes” (p. 38). Ao se posicionar como corpo-território em troca contínua de peles, inspirado em Azoilda Trindade (2005), Miranda afirma que “a energia vital é circulante” e é nessa circulação que reside a potência de uma pedagogia insurgente. Descolonizar, portanto, exige reconhecer o chão que se pisa, os saberes que se reverenciam e os compromissos ético-estéticos que se assumem.

No contexto brasileiro, o autor propõe uma releitura poética do mito de Narciso e apresenta o “abebé insurgente” como metáfora para práticas de olhar crítico e coletivo. Essa pedagogia da diferença convoca o campo educacional a deslocamentos éticos e políticos urgentes. A segunda seção do livro apresenta o conceito de corpo-caravela como uma imagem de alta densidade poética e política, capaz de condensar a violência histórica que marcou os corpos negros e indígenas no processo colonial. Tal ambiguidade aproxima-se da noção de “zona do não-ser” elaborada por Frantz Fanon (2008), onde sujeitos racializados são relegados à desumanização. Ao mesmo tempo, o corpo-caravela resiste,

reinventa-se, movimenta-se em travessias de reexistência. Essa dimensão ativa do corpo violado pode ser relacionada ao que Achille Mbembe (2017) conceitua como “corpo político”: um corpo atravessado por lógicas de poder e resistência.

A obra também apresenta crítica incisiva ao neoliberalismo como herdeiro direto das caravelas, ao manter vivas as estruturas de opressão sob formas adaptativas que asseguram o poder da classe dominante. No entanto, essa crítica poderia ser ampliada com uma análise mais direta das políticas educacionais contemporâneas, como a Base Nacional Curricular Comum brasileira, a formação docente e os currículos escolares, tensionando como a colonialidade se atualiza em práticas pedagógicas aparentemente neutras.

Miranda recorre ao Itan de Omolu, convidando o leitor a imaginar como esse Orixá, coberto de marcas, seria acolhido numa escola que celebra superficialmente a diversidade, mas não suporta o desconforto da diferença radical. A centralidade da raça é reafirmada como elemento fundante e qualquer projeto decolonial que não a considere integralmente incorre, segundo ele, em contradição epistemológica. Entretanto, a força dessas indagações poderia ter sido ainda mais ampliada caso o livro dialogasse mais profunda e diretamente com pensadoras e pensadores como Lélia Gonzalez e Ibram X. Kendi, cujas contribuições seriam complementares à proposta de uma decolonialidade radicalmente antirracista.

Lélia Gonzalez (1988), ao propor o conceito de “amefricanidade”, afirma a necessidade de uma produção de conhecimento situada nas intersecções entre raça, gênero, território e ancestralidade negra nas Américas, oferecendo uma crítica contundente à invisibilização da experiência afro-latino-americana. Já Ibram X. Kendi (2020), com sua concepção de antirracismo como prática ativa, desloca a discussão do reconhecimento passivo das desigualdades para uma ética do enfrentamento, que exige reposicionamento cotidiano e reestruturação institucional. Miranda parece caminhar na mesma direção, mas a ausência de um diálogo direto com esses autores enfraquece a articulação entre sua crítica ao epistemicídio e a formulação de práticas pedagógicas concretas. Ao integrar essas vozes, sua reflexão poderia se aproximar ainda mais de uma pedagogia antirracista que não apenas denuncia o racismo estrutural, mas propõe reconfigurações curriculares insurgentes.

Exu, apresentado como figura metodológica, torna-se símbolo de abertura à diferença, à encruzilhada e ao movimento. Pensar com Exu implica compreender a ciência como organismo circulante, corpo, afeto e ancestralidade. Como escreve Miranda: “Trabalhar com as vias de Exu reforça um tensionamento na modernidade/colonialidade, visto que nas encruzilhadas de Exu a classificação étnico-racial não permite uma sobreposição da branquitude à negritude, nem o movimento reverso” (p. 106). Exu, portanto, não apenas desestabiliza a normatividade, mas também inaugura outras possibilidades de pesquisa, formação e produção de conhecimento.

Ao se recusar a oferecer respostas definitivas, *Decolonialidade Afro-Brasileira* aposta no inacabamento como horizonte metodológico e político. A ausência de um fechamento conclusivo não indica falta de direção, mas, ao contrário, evidencia o compromisso do autor com a construção coletiva de caminhos educativos enraizados na ancestralidade negra e na vitalidade dos corpos subalternizados. As práticas pedagógicas descritas ao longo da obra, oriundas da própria experiência docente de Miranda, funcionam como ensaios de uma

pedagogia em movimento, sensível às encruzilhadas da diferença e aberta à reconfiguração constante dos saberes e das práticas formativas.

Ao destacar que “a decolonialidade busca a humanização dos corpos-territórios não hegemônicos”, Miranda posiciona sua proposta como um gesto ético e epistemológico que desafia tanto o silenciamento das expressividades negras e não normativas quanto o conforto pedagógico promovido por discursos genéricos de diversidade. A força do livro reside na capacidade de articular campos historicamente apartados, como religião, sexualidade, raça e currículo, por meio de uma escrita que não apenas denuncia o epistemicídio, mas propõe reexistências radicais. Sua crítica ao sistema político heterossexual e à branquitude não é isolada, mas estruturante de um projeto decolonial que se posiciona frontalmente contra a universalização dos referenciais eurocentrados na educação brasileira.

Com isso, *Decolonialidade Afro-Brasileira* consolida-se como contribuição decisiva para a formação docente e a revisão dos currículos escolares, ao convocar a educação a reconhecer as marcas do colonialismo e a recriar seus fundamentos a partir das epistemologias afro-diaspóricas. Trata-se de uma obra que não apenas conceitua, mas desloca; que não apenas questiona, mas aponta frestas por onde o novo pode emergir. Seu legado está na aposta por uma ciência feita de travessia, ancestralidade e insubmissão. Uma ciência que recusa a neutralidade e se engaja na reinvenção das formas de ensinar, aprender e existir.

Referências:

- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas* (L. F. Ribeiro, Trad.). Editora UFJF. (Obra original publicada em 1952)
- Gonzalez, L. (1988). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, 1, 223–244.
- Kendi, I. X. (2020). *Como ser antirracista* (C. Valle, Trad.). Companhia das Letras.
- Mbembe, A. (2017). *Crítica da razão negra* (M. S. Lopes, Trad.). N-1 Edições.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais* (pp. 117–142). CLACSO.
- Trindade, A. L. C. (2005). O que é a educação das relações étnico-raciais? In Brasil. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Org.), *A educação das relações étnico-raciais no Brasil: Subsídios para a implementação da Lei 10.639/2003* (pp. 15–24). Brasília: MEC/SECAD.
- Walsh, C. (2009). Interculturalidade e colonialidade do poder: Um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial. In C. Walsh (Org.), *Interculturalidade, descolonização do Estado e do conhecimento* (pp. 27–58). UASB/UNESCO.

Sobre o autor: Eduardo Oliveira Miranda

Professor Adjunto da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), atua no Departamento de Educação, onde contribuo como docente permanente do Mestrado em Educação - PPGE/UEFS, assumindo o componente curricular Corpo-território e Educação Decolonial. Professor permanente do Mestrado em Desenho, Cultura e Interatividade - PPGDCI/UEFS. Coordenador do Projeto de Extensão Educação DeSCOrall. Coordena o Grupo de Pesquisa Corpo-Território, Educação e Decolonialidade (CNPq). Investigador na Rede de Estudos de Geografia, Género e Sexualidade Ibero Latino-Americana (REGGSILA).

**Sobre o resenhador: André Luis de Abreu Oliveira**

Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor alfabetizador da Educação Básica das redes municipais de Nova Iguaçu e Duque de Caxias no Rio de Janeiro desde 2003. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2024) e graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2008). É participante do grupo de pesquisa e extensão Ecologias do Narrar.



Education Review  **Reseñas Educativas**
Resenhas Educativas



Este artigo pode ser copiado, exibido, distribuído e adaptado, desde que o(s) autor(es) e *Education Review/Reseñas Educativas/Resenhas Educativas* sejam creditados e a autoria original atribuídos, as alterações sejam identificadas e a mesma licença CC se aplique à obra derivada. Mais detalhes sobre a licença Creative Commons podem ser encontrados em <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>. *Education Review/Reseñas Educativas /Resenhas Educativas* é publicado pela Mary Lou Fulton College for Teaching and Learning Innovation, Arizona State University. O conteúdo de 1998-2020 da *Education Review/Reseñas Educativas/Resenhas Educativas* foi publicado sob uma licença CC diferente: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0>



Nota: Os pontos de vista ou opiniões apresentadas nas resenhas de livros são exclusivamente do (s) autor (es) e não representam necessariamente os da revista.